

ACTA N.º 009/2004

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUATRO

UM - INTRODUÇÃO

Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Octávio Félix de Oliveira, João Carlos Marques Quaresma de Oliveira e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Presidência

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. Inventário, Prestação de Contas do Exercício de 2003 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2003.

INVENTÁRIO, PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2003 E
APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2003

Foram presentes, para análise e eventual aprovação, o Inventário e os documentos de Prestação de Contas do Município do exercício de 2003, elaborados nos termos do Decreto-Lei 54-A/99 de 22-02-99, com a sua redacção actual, dando assim cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

O Sr. Vice-Presidente procedeu à leitura do documento introdutório à Prestação de Contas, conforme anexo a esta acta (Anexo 1).

Deliberação N.º 211 (16 /04/2004):

Após demorada análise, a Câmara procedeu à votação dos documentos apreciados, pela seguinte ordem:

1 – Inventário (c/ aumento à conta 51 – Património no valor de € 3950027.72, proveniente das regularizações ao inventario dos bens do imobilizado): quatro votos a favor, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota e três abstenções dos Vereadores Srs. Octávio Oliveira, João Quaresma e Carlos Tomé.

2 - Prestação de Contas: quatro votos a favor, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota e três votos contra dos Vereadores Srs. Octávio Oliveira, João Quaresma e Carlos Tomé.

3 - Aplicação do Resultado Líquido do Exercício/2003: quatro votos a favor, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota e três abstenções dos Vereadores Srs. Octávio Oliveira, João Quaresma e Carlos Tomé.

Os documentos em epígrafe serão remetidos à Assembleia Municipal, para os fins consignados na al. c) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

O Vereador Sr. Carlos Tomé justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“A Prestação de Contas de 2003 é um documento eminentemente político porquanto reflecte, designadamente, as diversas opções do município na área da gestão, as realizações a que se propôs e que foram inscritas em Plano de Actividades, o seu nível de concretização, a real situação financeira. Deste modo, um documento desta natureza deve ser analisado sob uma perspectiva política e não técnica. Com efeito, não se duvida da correcção dos números, mas o que se analisa não é a sua correcção nem os aspectos técnico-contabilísticos mas a sua interpretação em termos políticos. Importa pois averiguar se a gestão da Câmara no ano transacto foi a mais correcta, se as verbas que se previram receber foram de facto arrecadadas, se as obras previstas realizar foram efectivamente concretizadas.

E nesta perspectiva terei que dizer que nem as previsões orçamentais foram realistas nem o previsto em plano de actividades, ou no Plano Plurianual de Investimentos foram realizadas em níveis aceitáveis.

Por outro lado, verifica-se que a despesa corrente subiu 1.500.793 €, pelo que teve um acréscimo de 13,1% relativamente ao ano anterior, o que constitui um aspecto negativo uma vez que demonstra a manutenção da tendência de crescimento e traduz um estilo de gestão despesista.

Enquanto a despesa corrente atingiu 75,2% do que estava orçamentado, uma vez que se tinham previsto 17.194.893 € e realizaram-se 12.922.504 €, no capítulo da despesa de capital, que traduz no fundo o investimento, a situação já foi bem diferente. Com efeito, na despesa de capital foram orçamentados 31.817.003 € mas apenas foram investidos 10.859.430 €, ou seja verificou-se apenas um nível de investimento de 34,1% do previsto. E tal nível de realização é, sem qualquer dúvida, exageradamente baixo.

Ao nível da receita verificamos que a previsão de arrecadação de receitas globais foi de 49.006.897 € mas apenas se arrecadaram 24.053.122 € ou seja 49,1% do previsto. Mas se verificarmos apenas as receitas de capital verificamos que foram orçamentados 30.921.652 € mas apenas se receberam 10.146.423 € ou seja apenas 32,8% do previsto. E neste capítulo, tal como nos anos transactos e de forma sistemática, a rubrica *Venda de Bens de Investimento* é a eterna causadora deste autêntico falhanço na previsão das receitas de capital. Com efeito, nesta rubrica orçamentaram-se 9.700.219 € e apenas se receberam 257.728 € o que significa tão somente 2,7% do previsto. Mas se verificarmos a famigerada rubrica *Terrenos* então concluímos que se

orçamentaram 9.649.409 € e apenas se arrecadaram 88426 € ou seja apenas 0,9% do previsto. Ora, este valor é muito baixo, tendo em conta as perspectivas que foram criadas, sendo certo que a resvalagem orçamental tem origem no empolamento exageradíssimo da verba consignada nesta rubrica. E deste modo se desvirtuou completamente o orçamento, como aliás eu já tinha assinalado aquando da discussão do Plano de Actividades, pelo que os documentos de prestação de contas vieram dar-me inteira razão.

É evidente que com esta diferença monumental em termos de disponibilidades financeiras reais do município as obras que se prevêem realizar, nunca poderão ser concretizadas e daí que uma grande parte do que foi planeado para o ano transacto nunca poderia ser realizado.

Deste modo verificamos que se empolou artificialmente o orçamento, e se prejudicou a capacidade de realização do município, dando a ideia errada de que se poderia cumprir o planeado.

Mostram os documentos em análise que o índice de realização no ano 2003 se ficou apenas pelos 32,45 % do previsto, uma vez que estavam previstas para o ano de 2003 realizações no valor de 29.456.363 € mas apenas se concretizou um montante de 9.559.051 €.

O nível de concretização do que estava planeado foi portanto apenas de cerca de um terço, o que é uma percentagem inadmissível, tendo em conta que ficou inclusivamente muito abaixo dos índices de realização de anos anteriores, já de si muito baixos. Claro que isto é muito negativo para a gestão municipal e para a sua própria imagem e credibilidade, as quais saem claramente afectadas por esta falta de rigor. Não se pode planear desta forma, pois coloca-se em causa inclusivamente a credibilidade da autarquia que promete mundos e fundos nos seus planos de actividades anuais mas apenas concretiza uma pequena parte do planeado.

Pegando apenas em alguns exemplos verificamos que os níveis de realização são extraordinariamente baixos, tendo em conta a importância destes sectores no desenvolvimento concelhio. Com efeito, no sector da Educação, mais concretamente na rubrica *Educação para a Cidadania*, que engloba as obras nas escolas e Jardins de Infância, apenas se concretizou 18% do previsto, no *Planeamento Urbanístico* 36,51%, na *Reabilitação Urbana e Rural* 25,48%, no *Saneamento* 32,40% (continuando absolutamente inexistente qualquer investimento no Sistema de Saneamento de Rexaldia, em Parceiros, Lapas, Pedrógão, Boquilobo, Chancelaria, Outeiro Grande, Assentis, Casais de Igreja, Liteiros, Mata, etc), no *Abastecimento de Água* 55,70%, nos *Transportes Rodoviários* (acessibilidades) 37,24%.

Estes sectores deveriam ter merecido muito mais atenção por parte do município, uma vez que são fundamentais para um correcto desenvolvimento concelhio, devendo ter sido objecto de um investimento muito superior, tal como havia sido planeado, o que não se verificou.

Assim se poderá concluir que a gestão do município apresenta muitas incorrecções que se podem traduzir essencialmente no empolamento das receitas e da definição de um elenco enorme de obras e projectos que não são, nem podem ser, realizados.”

O Sr. Vice-Presidente apresentou a seguinte declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista:

“ Pela primeira vez perante documentação regida pelas regras do POCAL representando a totalidade de um ano (lembremo-nos que o Exercício de 2002 reflectiu uma operação contabilística específica face à nova codificação do POCAL, até Maio/2002), foi com satisfação que concluímos estar em presença de bons resultados, diremos melhores que nalguns anos anteriores, não acompanhando os números negativos e preocupantes que a economia portuguesa tem vindo a apresentar nos últimos anos.

Destacamos como principais motivos para esta interpretação, os seguintes pontos:

- O controle da situação financeira da autarquia, nomeadamente através da redução da Dívida a Curto Prazo ,reflectindo a Dívida a Médio e Longo Prazo uma prevista utilização de empréstimos em anos anteriores contratados e gradualmente utilizados na concretização das Obras participadas pelo QCA III, do integral cumprimento dos compromissos com encargos bancários que ascenderam a 709.167,82 euros, da manutenção da tendência de substancial subida das receitas correntes, da redução da Dívida de Terceiros e do enriquecimento do património municipal quer através de aquisições no ano em apreço, quer na actualização do Inventário Patrimonial.

Fácil será concluir-se que a situação financeira poderia apresentar-se substancialmente melhorada se a crise nacional não tivesse logicamente afectado a rubrica Operações de Loteamento, se as participações estatais por via da Lei das Finanças Locais fosse gradualmente acompanhando os sinais dos tempos com o aumento de responsabilidades das autarquias, para lá de outros alertas para o futuro em termos da utilização dos nossos equipamentos desportivos e culturais. Não abdicando da grande importância em implantarmos uma política social o mais facilitadora possível do acesso à população à Cultura e ao Desporto, teremos que proporcionar o

equilíbrio das coisas, também financeiro, por forma a que a manutenção desses equipamentos e a criação de novos, não comprometam essa mesma política e o equilíbrio financeiro da autarquia.

A actual “solvabilidade fraca” identificada pelos Serviços quanto ao esgotamento do plafond para empréstimos, fruto de uma política governamental recente, inexplicável porque castradora do equilíbrio municipal nacional, acreditamos, pelo apelo permanente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que ao longo de 2004 poderá vir a ser alterada, reabrindo a possibilidade aos municípios, dentro de razoáveis capacidades de endividamento, utilizarem esse importante meio de gestão financeira.

- A boa execução ao nível do PPI e PA

Se subjectivamente se discutia em anos anteriores os números e as percentagens de execução, face às novas regras do POCAL e mapas produzidos pelos Serviços, os dados são claros e precisos.

Atingimos assim, em 2003, as melhores percentagens de execução em vários sectores.

Em relação ao PPI, a dois anos de distância do seu término, atingimos 56,11% de execução, ficando para 2004, por motivos unicamente que se prenderam com atrasos burocráticos, incluindo atrasos em candidaturas, grandes investimentos, importantes obras, algumas já em curso neste momento e outras em fase de arranque.

Destacamos a título de exemplo, os futuros Paços do Concelho, o Cine Teatro Virgínia, o Centro de Ciência Viva, o Palácio dos Desportos, as Piscinas, entre outras.

No entanto destacam-se no mesmo PPI, elevadas taxas de execução no campo da EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR (82%), REABILITAÇÃO URBANA E RURAL (71%), SANEAMENTO (70%), ABASTECIMENTO DE ÁGUA (75%), JARDINS (77%), ILUMINAÇÃO PÚBLICA (86%), TUT (70%), etc.

Quanto ao PLANO DE ACTIVIDADES, traduzido num aumento de Despesa Corrente de 1.500.793,00, atingindo-se 75,15% de execução prevista, destacamos como positivo o investimento em áreas como a ACÇÃO SOCIAL (63%), ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR (87%), ACÇÃO EDUCATIVA (88%), RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (79%), JARDINS (64%), CULTURA (72%), BOMBEIROS (80%) e um substancial apoio às INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, que atingiu um montante de 345.387,95 euros.

Uma justificação para as despesas com o PESSOAL, uma rubrica sempre comprometedora em termos financeiros para a autarquia, que sofreu um aumento de 15 unidades ,apesar de defendermos uma política cada vez mais restritiva neste sector. Porém, estes 15 novos elementos são ainda reflexo da implantação de novos Serviços, carenciados de pessoal especializado, nem sempre possível de captar através de elementos que façam parte do quadro de efectivos da autarquia. Algumas contratações a termo certo, têm vindo no entanto a ser suportadas a 100% por Programas de Índole Social, entre outros.

Comparando ainda com alguns dados do ano 2002, conseguimos as seguintes melhorias:

- Realização da despesa e da receita – Subimos de 52% para 56,11 a nível global e para 70,33% ao nível do P.A.

Na receita corrente subimos para 81,6 e despesa corrente para 75,2%.

- Na venda de bens de investimento, subimos de 27.000,94 em 2002 para 257.729,00 no ano em apreço.

- Nalgumas rubricas, provocámos substanciais aumentos de concretização, nomeadamente:

- . Ensino pré-escolar – de 15,68 para 82%(PPI) e 67%(PA)
- . Planeamento urbanístico – de 17,78 para 56%
- . Saneamento – de 43,36 para 69%(PPI) e 72%(PA)
- . Jardins – de 18 para 77%(PPI) e 64%(PA)
- . Vias de comunicação e arruamentos – de 29,92 para 60%(PPI) e 77%(PA).

Concluindo, face ao Resultado Líquido positivo obtido, nível de concretização orçamental conseguido, arrecadação de receitas correntes e meios financeiros em reserva de utilização em termos de Receita de Capital, via estado e saldo de empréstimo por utilizar, permite-nos concluir estarmos perante um quadro financeiro estável e que reflecte uma gestão de igual modo equilibrada e não comprometedora do PPI em curso pelo que propusemos a aprovação da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2003.”

O Sr. Presidente realçou o trabalho desenvolvido pelos Serviços na elaboração dos presentes documentos, não só pela qualidade técnica e dignidade da apresentação mas sobretudo pelo seu rigor.

O Vereador Sr. Carlos Tomé subscreveu as palavras do Sr. Presidente.

O Vereador Sr. Octávio Oliveira apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores eleitos pelo PSD, Octávio Oliveira e João Quaresma Oliveira expressaram a seguinte declaração de voto sobre as prestações de contas do ano de 2003: “ A Prestação de contas de 2003 tem subjacente uma gestão autárquica com a qual não concordamos, opções de gestão e de utilização dos recursos públicos de que discordamos, razão porque o nosso voto é contra o documento.

Continuou em 2003 a agravar-se a dicotomia no concelho entre as condições de vida dos espaços urbanos e dos espaços rurais por força da opção que esta gestão autárquica do PS tomou de privilegiar deliberadamente o urbano, ao desenvolver programas centralizados neste objectivo. Entendemos que continuam por assegurar em muitas freguesias e localidades do concelho questões básicas, em que o saneamento básico tem destaque, assim como acessibilidades ou a qualidade dos espaços de públicos, que deveria merecer solução.

A gestão autárquica do PS não aproveitou a conjuntura favorável em matéria de recursos humanos, resultante de uma anormal saída de funcionários por aposentação, para equilibrar esta variável na gestão autárquica e reduzir o número de funcionários e a consequente despesa, que se configura sempre com uma natureza fixa, de obrigatória assumpção. Antes pelo contrário, aproveitando o quadro de pessoal que em tempos aprovou, apesar do elevado número de aposentações, ainda assim em 2003 passaram a estar ao serviço da autarquia mais 15 colaboradores.

Isto num quadro em que sucessivos serviços estão a ser assegurados por aquisições de serviços a empresas, princípio com o qual genericamente concordamos, e que no próprio documento se reconhece ser um factor de elevação das despesas correntes.

Continua a privilegiar-se a despesa corrente, que caracteriza esta gestão, embora se perceba a finalidade.

O documento evidencia os contratos de prestação de serviços que estiveram em curso na autarquia. Nalguns casos entendemos duvidar da sua pertinência e interesse para os objectivos municipais. Noutras situações, que estão já a coberto de uma relação jurídica de trabalho, entendemos que a autarquia não devia utilizar esta forma, mas antes e desde o início uma relação jurídica de trabalho, independentemente da apreciação de corresponderem ao interesse municipal.

Também neste domínio refira-se a quase nula organização de acções de formação para os trabalhadores da autarquia, não havendo uma utilização de um programa específico para a

formação autárquica, acções que poderiam ser importantes para a melhoria das qualificações dos recursos humanos e para o próprio desempenho.

A gestão autárquica do PS não foi capaz de controlar as despesas correntes, que tiveram um crescimento de 13,5 %, pelo que não houve benefício com os ganhos conseguidos com o crescimento das receitas correntes, de 6, 1%, este conseguido a partir dos novos preços praticados nas taxas de serviços de água, lixo e esgotos.

Teria havido todo o interesse em aproveitar a actualização de preços dos serviços, controlando as despesas, para conseguir aumentar a poupança corrente, o que não foi conseguido. Por força deste comportamento registou-se uma degradação do grau de cobertura das despesas correntes, pelo que menos recursos ficaram disponíveis para o investimento municipal.

Aliás, a gestão de 2003 foi também caracterizada por uma degradação da componente do investimento na despesa total, o que significa que os recursos postos à disposição da autarquia foram utilizados em menor grau em investimento, a utilização mais nobre, pelos efeitos de bem estar que tem associados.

A dívida da Câmara Municipal de Torres Novas agravou-se em 2003 em cerca de 1, 573 milhões de euros, situação preocupante, face ao elevado nível já existente, e com sérias repercussões pelos encargos que representa, condicionantes da actividade.

Realça-se que os juros suportados atingiram 784 mil euros, o que representou um crescimento de 100 %, relativamente aos valores suportados em 2002, de 392 mil euros, sem variações significativas nas taxas contratadas.

A dívida a médio e longo prazo conheceu um agravamento de cerca de 2, 538 milhões de euros conjugada com uma diminuição da dívida a curto prazo de cerca de 970 mil euros,.

Sabendo que alguns compromissos que deveriam ser do ano de 2003 acabam por não estar evidenciados, como é o caso dos subsídios às colectividades de cultura e recreio que já foram aprovados em 2004, é admissível que o valor da dívida seja superior à evidenciada. Admitimos que não fora as restrições impostas pelo Governo, no quadro do reequilíbrio das finanças públicas, o que condicionou e limitou a vontade da Câmara em recorrer a financiamentos bancários, a situação financeira da Câmara tinha conhecido ainda um maior agravamento.

Salientamos, em 2003, o baixo nível de concretização do Plano Plurianual de Investimentos, que se situou em cerca de 32,45 % e o baixo nível de realização das receitas de capital, em que se destaca a conhecida não realização da venda de terrenos, mas cuja previsão, em

sede de orçamento, acaba sempre por ser usada, no sentido de deturpar o carácter previsional do mesmo.

Finalmente o reconhecimento pela qualidade dos documentos postos à disposição.”----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe de Secção, a redigi, subscrevo e vou
assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.-----